

Partidos da oposição exigem "firmeza" do Governo nas negociações da próxima PAC para Portugal

Págs. IV e V



MAR 2020 reafeta 14 milhões de euros para apoiar a aquicultura e a transformação de pescado

Pág. III



Editorial

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt



MAR 2020: é melhor tarde do que nunca

Não sei se foi por magia ou seria maldição, dei por mim, não a rodopiar, como na canção dos Trovante, mas a aplaudir o ato político da ministra do Mar, Ana Paula Viatorino, de, finalmente, nem que seja à custa de um abanão do Tribunal de Contas, mostrar ao país e à União Europeia (UE) um rumo diferente para o Programa Operacional (PO) MAR 2020.

Não sei se o balão de oxigénio da reprogramação do PO que está em curso, e que visa reafetar 16 milhões de euros para apoiar investimentos na aquicultura e na transformação de pescado, já vem tarde. Oxalá não. Era o que faltava agora a Portugal ter de passar pelo embaraço, perante a Comissão Europeia e as empresas do setor e o meio científico, de ser forçado a devolver fundos comunitários dos quais carece tanto por pura inoperância política.

Mas este receio não é infundado. Nem está (ainda) afastado. O Tribunal de Contas, nos resultados da auditoria ao MAR 2020 que publicou há dias, faz um aviso sério ao Governo: "o baixo nível de execução neste PO representa um risco elevado de perda de financiamento europeu".

Não esqueçamos: o MAR 2020, cuja dotação global ascende a 507,8 milhões de euros – 392,5 milhões do FEAMP e 115,3 milhões da componente nacional – foi desenhado para ajudar a atingir as metas da Estratégia Europa 2020. Em especial as relacionadas com o emprego, as alterações climáticas e a sustentabilidade energética, o combate à pobreza e a inclusão social.

Lembremos ainda: as prioridades deste PO assentam na promoção de uma pesca e aquicultura ambientalmente sustentáveis, eficientes, inovadoras, competitivas e baseadas no conhecimento. Visam a promoção da comercialização e transformação dos produtos da pesca e da aquicultura, o aumento do emprego e da coesão territorial. Ou no Ministério do Mar ignoram o cenário traçado pelas Nações Unidas sobre as alterações climáticas para 2030, que prevê mudanças fatais no ecossistema mundial, com o nosso país à cabeça dos mais prejudicados por estas mudanças?

O tempo, o do relógio e do calendário – e o de Bruxelas –, não se demora com ninguém. E, sejamos realistas: estamos a pouco mais de ano e meio do fim do período de programação de um PO que, não só nasceu tarde – só foi aprovado no final de 2015 já o Portugal 2020 e o PDR estavam em plena aceleração –, mas que tem sido parcamente executado. Ao ponto de, a 31 de março último, apenas registar uma execução de 28,7% (o PDR 2020 vai para lá dos 51%).

Não há milagres. Mas pode ser que esta reprogramação que se anuncia e o reforço de meios humanos que o Tribunal de Contas impõe, sejam o condão que faltava para uma execução a 100%.

Destaques

Porto 'Vintage' 2017: "esta pode ser uma oportunidade" para ganhos no preço dos vinhos

Pág. VII

Conselho Interprofissional do IVDP "repudia" diploma da Esquerda para a Casa do Douro

Pág. VIII

Projeto NASPA investiga potencial do sargaço para uso agrícola

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Um grupo de investigadores do Centro de Ciências do Mar e do Ambiente (MARE) da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC), com a colaboração da Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC), desenvolveu um estudo com vista a perceber o potencial do extrato de sargaço como biofungicida para uso agrícola.

Os académicos ainda concluíram que esse potencial do sargaço, uma mistura de diferentes algas marinhas castanhas muito abundante em Portugal, é "muito superior ao da alga *Ascophyllum nodosum*, há muito tempo usada pela indústria para este fim".

O estudo foi realizado no âmbito do projeto NASPA – "Natural fungicides against air & soil borne pathogens in the Atlantic Area", que junta 17 parceiros (cientistas e indústria) de Espanha, França, Irlanda, Portugal e Reino Unido. Recebeu um financiamento de 2.245.500,00 euros da União Europeia, através do Programa INTERREG.

As várias experiências comparativas realizadas "demonstraram que os compostos bioativos extraídos do sargaço são bem mais eficazes que o substrato comercial da alga *Ascophyllum nodosum*", afirmam João Cotas e Leonel Pereira, investigadores do MARE. Os mesmos responsáveis dizem que se observou, também, "um bom desempenho do sargaço como fertilizante e como bioestimulante", já que "ativa o sistema imunitário das plantas



Projeto NASPA junta 17 parceiros e foi financiado com 2.24 milhões de euros através do Programa INTERREG

para se protegerem, por exemplo, de pragas".

No âmbito do projeto, a equipa da FCTUC está igualmente a estudar, em colaboração com uma empresa espanhola, a possibilidade de utilizar quatro macroalgas marinhas vermelhas portuguesas para o mesmo tipo de aplicação. Isto porque, explicam João Cotas e Leonel Pereira, "normalmente só são estudadas e testadas algas castanhas, mas as vermelhas possuem características que indicam potencial para produzir substâncias protetoras contra agentes patogénicos que afetam as plantas e solos". E, por isso, vão "verificar".

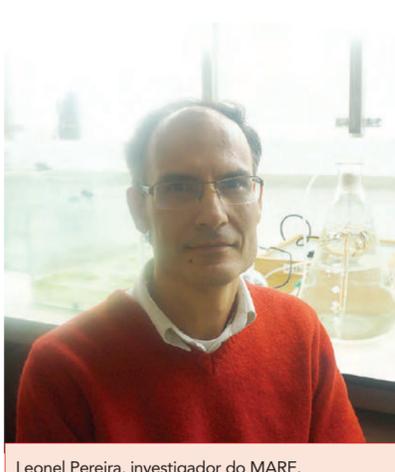
De acordo com estes investigadores, o projeto NASPA constitui uma oportunidade para desenvolver produtos eco-

lógicos de alto valor para a agricultura. No final do projeto, que deverá estar concluído dentro de dois anos, os parceiros envolvidos vão fornecer um conjunto de abordagens alternativas aos pesticidas sintéticos. Tudo, com vista uma "redução global de 50% no consumo de pesticidas, exigida pelo Acordo de Grenelle, bem como a diminuição da emissão de gases de efeito de estufa do setor agrícola".

Em suma, o grande objetivo do projeto é "encontrar substitutos naturais baseados em macroalgas marinhas para produtos químicos utilizados na agricultura, especialmente herbicidas, fungicidas e fertilizantes". Isto, como forma de estimular uma agricultura mais verde e sustentável em toda a zona atlântica.



João Cotas, investigador do MARE.



Leonel Pereira, investigador do MARE.

AUDITORIA À EXECUÇÃO DO PROGRAMA REFERE "UM NÍVEL MUITO FRACO DE EXECUÇÃO FÍSICA"

Tribunal de Contas arrasa execução do MAR 2020



TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O Tribunal de Contas (TC) arrasa a execução do programa operacional MAR 2020, cuja entidade gestora é tutelada pelo Ministério do Mar.

Num relatório publicado a 16 de abril, aquele que é o órgão supremo e independente de controlo externo das finanças públicas constata que o Programa Operacional (PO) "apresentava, em finais de 2017, uma taxa de execução financeira de 13%, quando os valores médios do Portugal 2020 se situavam em 26%, indiciando dificuldades na sua execução".

"Os indicadores de realizações apontavam para um nível muito fraco de execução física (apenas cerca de 27% dos indicadores apresentavam realiza-

ções em linha com o previsto ou acima do previsto), assente em boa parte em medidas de subsidiação (apoio à cessação temporária das atividades de pesca e ajuda à armazenagem)", diz o Tribunal de Contas.

O TC conclui ainda que "existe falta de informação, o que impede a sua monitorização contínua e eficiente", tendo-se observado que "não existem suficientes projetos aprovados relativamente a ações de desenvolvimento local e ao aprofundamento do conhecimento e vigilância do meio marinho, afetando duas das prioridades do Programa: coesão territorial e política marítima integrada".

Por outro lado, "24 dos 41 indicadores de realizações (perto de 60%) apresentavam execução nula, designadamente nas áreas do desenvolvimento lo-

Ministério do Mar rejeita risco de perda de financiamento

O Ministério do Mar, tutelado por Ana Paula Vitorino, reagiu às críticas do Tribunal de Contas. Em comunicado refere que, a 31 de março de 2019, a "taxa de pagamentos do MAR 2020 era de 29,2%", já tendo sido "liquidados 137,5 milhões de euros aos beneficiários finais". A "taxa de compromisso é de 66,9% do total programado, equivalente a 318,1 milhões de euros de apoio público". O "investimento elegível total alavancado por estas candidaturas é de 424,5 milhões de euros".

O Ministério também garante que, "em final de 2018, o Programa cumpriu a regra n+3, tendo a Comissão Europeia salientado os esforços do Governo Português na boa execução". Assim, diz o Ministério, "não se confirmam os receios apontados pelo Tribunal de Contas da perda de financiamento comunitário".

Em sede de contraditório, o Ministério de Ana Paula Vitorino enviou ao Tribunal de Contas "evidências da execução então existente e que já garantia o cumprimento da regra N+3, bem como da progressão positiva dos indicadores fixados no quadro de desempenho para 2018".

"Estamos a executar o programa Operacional Mar 2020", garante o Ministério, assegurando que estão a "resolver as exigências de implementação do mesmo". e mais afirmam que "temos uma execução acima da média comunitária e sem perda de fundos europeus para a Economia do Mar".

cal e da proteção ambiental". O TC diz que, "se não forem tomadas medidas de estímulo à realização destes vetores, há riscos de o Programa falhar na realização destes objetivos".

"Risco elevado de perda de financiamento europeu"

Em paralelo, diz o Tribunal que "o modelo de gestão adotado para o PO MAR 2020 é muito desconcentrado, com 20 Organismos Intermédios (OI), alguns dos quais com experiência reduzida na análise e gestão de candidaturas". A Autoridade de Gestão "assenta numa estrutura reduzida de recursos humanos, tendo-se concluído que as ações no domínio da supervisão e controlo foram insuficientes para assegurar um acompanhamento técnico eficaz dos OI que garanta a correta aplicação dos fundos europeus".

Em matéria de autorizações de despesa e pagamento dos apoios, o IFAP assumiu a generalidade das funções, o que desresponsabiliza a Autoridade de Gestão do PO, mas o TC diz que "existe uma fraca incidência de controlos de qualidade, pelo IFAP, sobre a análise dos pedidos de pagamento a cargo das Direções Regionais de Agricultura e Pesca, sobretudo quanto às operações do MAR 2020 que envolvem contratação pública".

O TC diz ainda que, "em 30 de junho de 2018, e sem considerar os anos de 2014 e 2015, os dois anos e meio de plena execução do Programa corresponderam a uma taxa de execução financeira de apenas 13%. Evidenciam-se, assim, "dificuldades de execução do Programa que necessitam de ponderação pela Autoridade de Gestão", avisa aquele Tribunal, alertando que "o baixo nível de execução neste PO representa um risco elevado de perda de financiamento europeu".

Além das críticas, o TC apontou soluções. Foi recomendado à ministra do Mar que "reavalie o modelo de gestão do PO Mar 2020", "assegurando os recursos humanos necessários ao acompanhamento eficaz dos OI" e à condução efetiva do Programa, "pondere medidas para garantir a realização das prioridades com um grau muito fraco de compromisso e/ou execução" e preveja, na preparação do próximo período de programação, a "coerência e contributo dos indicadores de resultado do futuro PO para o alcance das metas do ODS 14".

MINISTÉRIO DO MAR TRAÇOU O OBJETIVO DE "ATINGIR OS 40% DE EXECUÇÃO ATÉ FINAL DO ANO"

MAR 2020 reafeta 14 milhões de euros para apoiar a aquicultura e a transformação de pescado

O Ministério do Mar apresentou à Comissão Europeia um pedido de reprogramação do programa operacional MAR 2020, que visa reafetar 16 milhões de euros para apoiar projetos de investimento nas áreas da aquicultura e da transformação de pescado. O objetivo é "atingir os 40% de execução até final do ano". "Pretende-se, com o reforço financeiro nas áreas da aquicultura (mais seis milhões de euros) e transformação de produtos da pesca e aquicultura (mais oito milhões de euros), adaptar a capacidade de financiamento do Programa à evolução da realidade do setor e necessidades dos seus agentes económicos, bem com às prioridades do Programa Nacional de Reformas, revelou o Ministério de Ana Paula Vitorino à "Vida Económica".

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Comissão Europeia respondeu a Nuno Melo sobre o MAR 2020

Primeiro, o secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, revelou à "Vida Económica", em conversa telefónica, que estavam a preparar um pedido de reprogramação do MAR 2020. Nos últimos dias, por escrito, fonte oficial do gabinete da ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, confirmou que "o Comité de Acompanhamento, que ocorreu em 22 de fevereiro e onde esteve presente representante da Comissão Europeia, pronunciou-se favoravelmente à proposta de reprogramação".

Após essa data, "obtida a aprovação da ministra do Mar, o processo foi submetido à Comissão Europeia em 16 de abril, aguardando-se a sua aceitação e produção de efeitos", acrescenta a mesma fonte do Ministério de Ana Paula Vitorino.

A informação agora enviada à "Vida Económica" fala de um "reforço financeiro nas áreas da aquicultura (mais seis milhões de euros) e da transformação de produtos da pesca e aquicultura (mais oito milhões de euros). O objetivo, revela o Ministério do Mar, é "adaptar a capacidade de financiamen-



Ana Paula Vitorino, ministra do Mar.

to do Programa à evolução da realidade do setor e [às] necessidades dos seus agentes económicos, bem com às prioridades do Programa Nacional de Reformas, continuando a assegurar, em todo o caso, que este Programa Operacional contribui para a materialização das prioridades inerentes ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP)".

Comissão Europeia respondeu a Nuno Melo sobre o MAR 2020

O eurodeputado do CDS Nuno Melo já tinha questionado a Comissão Europeia sobre o MAR 2020. A "Vida Económica" teve acesso à resposta dada em 26 de março pelo comissário europeu do Ambiente, Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), as autoridades portuguesas adotaram medidas para facilitar o acesso do setor e dos potenciais beneficiários ao apoio do FEAMP".

Karmenu Vella respondeu ao eurodeputado dando-lhe a garantia de que "a autoridade portuguesa de gestão do programa FEAMP tem acompanhada e apoiado permanentemente os projetos individuais e tem prestado informações, proativamente, aos potenciais titulares de projetos, a fim de acelerar a execução no terreno".

O comissário também confirmou que "o comité de acompanhamento do referido pro-

grama aprovou recentemente uma reprogramação, que visa a reafetação das dotações financeiras a medidas com maior potencial de execução". Isto embora a "recente tendência" de execução revele "uma aceleração da execução do programa, tendo em conta a carteira de projetos aprovada, estando a maioria dos projetos a atingir a fase de execução, o que torna possível a conclusão dos investimentos previstos".

"Vida Económica" há muito que vem noticiando a fraca execução do MAR 2020

Há cerca de um ano que a "Vida Económica" vem publicando informação sobre a execução deste Programa Operacional (PO) e alertando para a sua fraca execução. A 18 de junho de 2018, em editorial com o título "Execute-se o MAR 2020", publicado no suplemento "AgroVida" desse mês, referíamos "a baixíssima execução do MAR 2020", que, em 31 de dezembro de 2017, estava executado a 9% e, a 30 de abril desse ano, a 18,6% (dados oficiais do Ministério do Mar).

Os pedidos de informação da "Vida Económica" sobre a execução do PO sucederam-se. Em fevereiro último, também em editorial, e repetindo o mesmo título de julho, escrevemos "Execute-se o MAR 2020". É que a nova notícia publicada nessa edição, sustentada em dados solicitados à Comissão Europeia, justificava-o. A informação que recolhemos dava conta de que, em novem-

bro de 2018, o PO não só não tinha avançado como parecia ter regredido na execução. Os dados da Comissão revelaram o impensável: o MAR 2020 estava com apenas 10% de execução.

Confrontada, a ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, não só não remeteu informação sobre a evolução do PO como não respondeu às questões da "Vida Económica" sobre as razões de tão baixa execução.

Igualmente confrontada, Teresa Almeida, gestora do MAR 2020, remeteu à "Vida Económica" uma 'newsletter' do PO com dados até novembro. A taxa de execução era, afinal, de 17%. Não explicou, contudo, a disparidade entre os seus números e os de Bruxelas.

Em finais de janeiro, voltámos ao tema. Desta vez, o Ministério do Mar já respondeu. Diagnóstico: "a taxa de execução da despesa certificada e apresentada a reembolso à Comissão Europeia é de 17,4%". Ou seja, em três meses, evoluiu de 17% para 17,4%.

MAR 2020: 507,8 milhões de euros até 2020

Recorde-se que o MAR 2020 é o PO 2014-2020 dedicado ao mar e às pescas e é o único programa do Portugal 2020 financiado pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP).

Os seus objetivos prioritários visam a promoção da pesca e da aquicultura sustentáveis, a comercialização e transformação dos produtos da pesca e o desenvolvimento de emprego associado e a contribuição para a execução da política comum europeia de pescas (controlo e inspeção) e para a política marítima integrada (conhecimento e vigilância do meio marinho).

O PO está estruturado em sete eixos, designados "Prioridades da União", subdivididos em várias Medidas, com uma programação financeira para 2015-2020 – o Programa só foi aprovado no final de 2015 – de 392,5 milhões de euros oriundos do FEAMP, a que se somam 115,3 milhões de componente nacional, num total de 507,8 milhões de euros.

A 31 de março de 2019, a escassa 20 meses do fim do período de programação, estava executado em 28,7%.

A "VIDA ECONÓMICA" FOI OUVIR E REGISTOU AS PROPOSTAS DOS PARTIDOS ÀS ELEIÇÕES EUROPEIAS QUANTO À AGRICULTURA E PAC

Partidos da oposição exigem "firmeza" do Governo nas negociações da próxima PAC para Portugal

Portugal vai a votos para as Europeias a 26 de maio e os eleitores deverão eleger 21 eurodeputados ao Parlamento Europeu, a casa da democracia europeia. Os eleitos – 751 ou 705 deputados, em função da realização de eleições no Reino Unido – têm como missão avaliar o trabalho da Comissão Europeia, acompanhar a implementação da legislação pelos Estados-membros e supervisionar outras instituições e organizações e, ainda, a gestão dos fundos europeus.

A "Vida Económica" quis saber o que pensam e prometem os principais partidos políticos em matéria de Agricultura e de Política Agrícola Comum (PAC). E fomos ao seu encontro. Colocámos duas perguntas concretas, iguais para todos.

O Partido Socialista (PS), insistentemente contactado de há mais de duas semanas para cá, e apesar de prometer o envio do seu contributo, não respondeu. Marisa Matias, cabeça de lista do Bloco de Esquerda (BE), respondeu parcamente. Miguel Viegas, apesar de não ser candidato nestas Europeias, foi o primeiro a responder, em nome do Partido Comunista Português (PCP). Paulo Rangel e Nuno Melo, cabeças de lista, respetivamente, do Partido Social Democrata (PSD) e do Centro Democrático Social (CDS), responderam pronta e desenvolvimentamente. Todos convergem nas críticas ao Governo quanto aos cortes nos dois pilares da PAC. E todos exigem "firmeza" do Executivo nas negociações das verbas do próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2021-2027 para Portugal.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O BE vai defender um modelo de PAC que seja um instrumento coerente, justo e essencial no combate às alterações climáticas", afirma Marisa Matias à "Vida Económica". Depois, e sabendo que está ainda em aberto o futuro orçamento europeu para o período 2021-2027, assim como o desenho da próxima PAC, a eurodeputada é taxativa: "o modelo que defendemos para a PAC centra-se na conciliação da produção agrícola e florestal com a preservação ambiental, tendo em atenção a diversidade dos territórios, a soberania alimentar, uma economia com escala humana e o direito à saúde e à justiça social".

Para o BE, "precisamos de uma PAC que proteja efetivamente os modelos de agricultura familiar" e que vise "transformar os sistemas de produção atuais, dando lugar à agroecologia, substituindo produtos industriais por processo ecológicos e garantindo uma maior preservação da biodiversidade e dos recursos hídricos".

O Parlamento Europeu (PE) em números (julho 2014 - dezembro 2018)

- 2134 textos adotados em sessão plenária, 708 dos quais atos legislativos (a maior parte dos atos legislativos neste mandato foram adotados na primeira leitura, demorando cerca de 18 meses. Se um ato legislativo tiver de ir à segunda leitura, o tempo médio do procedimento cresce para 39-40 meses).
- 552 audições públicas organizadas pelas comissões do PE
- 6880 petições de cidadãos
- 1,6 milhões de pessoas visitaram as instalações da sessão plenária do Parlamento

O número de grupos parlamentares tem-se mantido estável ao longo dos anos. Entre 2004 e 2014 existiam sete grupos no Parlamento. O número cresceu para oito durante este mandato.

FONTE: Parlamento Europeu.

PCP exige "máxima firmeza do Governo nesta negociação no Conselho"

O PCP vai continuar a defender "um modelo de produção assente na pequena e média agricultura como elemento central para garantir uma maior coesão social e territorial", garante Miguel Viegas à "Vida Económica". Isto, ao mesmo tempo que defendem "a qualidade e segurança dos alimentos".

"O atual modelo empurra os agricultores para práticas altamente intensivas, com recurso a químicos de síntese para manter a sua competitividade num mercado que a UE está a abrir à concorrência internacional", diz o eurodeputado, considerando que este é "um modelo insustentável, quer do ponto de vista social, porque leva à ruína a maioria dos agricultores, mas também do ponto de vista ambiental".

Por isso, "as traves mestras da nossa intervenção passam por retirar a agricultura do quadro de negociação da OMC [Organização Mundial do Comércio], por forma a proteger e viabilizar as práticas agrícolas mais sustentáveis, grande parte das quais com sólidas tradições na Europa". Depois, é preciso "alterar o atual quadro de apoios, no sentido de garantir uma mais justa repartição, designadamente ao nível do primeiro

pilar". O PCP quer "aplicar um plafonamento e uma modulação das ajudas", de forma a "discriminar os primeiros hectares e revitalizar o tecido agrícola que está em riscos de desaparecer". Finalmente, diz, "temos de repor a regulação pública da oferta, por forma a garantir a cada Estado um nível mínimo de autoabastecimento e evitar os excedentes de produção e a instabilidade dos preços".

Alterações climáticas: "a proposta do PCP viabiliza a pequena e média agricultura e as práticas mais sustentáveis"

E que caminho deve tomar a próxima PAC?, perguntámos. Ai, "as prioridades centram-se obviamente no próximo QFP 2021-2027 e nos novos regulamentos". Por isso, para o PCP, "a reversão dos cortes nos dois pilares (a preços constantes e não correntes como faz o Governo) da PAC e no POSEI são aspetos centrais". E exigem "a máxima firmeza nesta negociação no Conselho".

E há uma questão "inaceitável" para o PCP: "a taxa de comparticipação nacional no desenvolvimento rural", que duplicou, passando de 15 para 30%" e que "representa uma nacionalização dos custos da PAC que fragiliza Portugal face a países mais ricos".



Miguel Viegas sabe que a atual proposta da PAC "coloca uma grande ênfase no combate às alterações climáticas". O problema, diz o eurodeputado, é que "a mesma PAC, ao liberalizar por completo os mercados, está a promover as práticas intensivas que são responsáveis pelas emissões de CO2 que pretende combater". Ora, a proposta do PCP "resolve este paradoxo", porque "viabiliza a pequena e média agricultura e as

práticas mais sustentáveis devidamente enquadradas nos chamados circuitos curtos de produção e comercialização".

CDS: "absoluta incapacidade de negociação do Governo quanto à PAC e Política de Coesão"

O CDS sublinha "pelo menos duas prioridades em matéria de Agricultura":

1) "a necessidade de garantir maior justiça e a boa distribuição dos fundos comunitários"; 2) "um plano de regadios para Portugal, importantíssimo para combater as alterações climáticas e o problema das secas sucessivas".

Quanto à primeira, Nuno Melo dá alguns exemplos: "em programas operacionais que terminam em 2020, as execuções na inovação estão a 25%, com jovens agricultores em 34%, no regadio em 10%, na floresta entre 9% e 35%, no desenvolvimento local entre 0% e 12%". Esta "miserável taxa de execução" do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020) significa para o CDS "o desperdício de milhões de euros fulcrais para a nossa economia".

Acrece ainda aquela que consideram uma "desproporcionada distribuição entre os dois pilares" - o primeiro relativo às ajudas diretas e o segundo quanto às ajudas ao investimento - de 20%/80% respetivamente". Nuno Melo lamenta que o Governo "aceite erradamente uma redução de 15% no segundo pilar", para mais quando "Portugal é atualmente o 24º entre 27 países na atribuição por hectare dos fundos do primeiro pilar".

Questionado sobre a próxima PAC, o eurodeputado é claro: "tem de ser justa e equitativa, em respeito pelos pilares estruturais do projeto europeu". E não tem dúvidas de que "Portugal é fortemente discriminado em vários domínios", considerando que "a dimensão dos cortes que Portugal sofrerá na Política de Coesão e na PAC não são uma consequência direta da eventual redução do orçamento da UE, mas da absoluta incapacidade de negociação do Governo, que aceitou o que outros países rejeitaram e determinou que potencialmente percamos quando outros ganharam".

Ora, diz o CDS, "os fundos de coesão existem para aproximar os países mais pobres dos países mais ricos". Todavia, "o Governo socialista aceitou que Portugal perdesse 7% dos fundos de coesão, enquanto outros países mais ricos, ou com maior rendimento "per capita",

não perderão, ou verão aumentados estes fundos".

CDS: "não será a mesma coisa sofrer 15% de cortes em 80% de um pilar ou 15% em 50% desse pilar"

Eis alguns exemplos apontados pelo CDS: o Luxemburgo, que "tem um rendimento per capita superior a 200% da média da UE e não perderá um centímetro"; a Espanha e a França, "muito mais ricas do que Portugal, serão aumentadas em 5%". "Outros países em condições próximas das de Portugal crescerão 8%, caso da Roménia", diz Nuno Melo. Já "o Dr. António Costa achou aceitável que Portugal perdesse 7% dos fundos de coesão", lamenta o eurodeputado.

Por outro lado, diz o CDS que "o Governo português aceitou uma redução de 15% no segundo pilar da PAC (ajudas ao investimento) quando "a média europeia na distribuição das verbas do primeiro pilar (ajudas diretas) e do segundo pilar é na UE de 80%/50%, enquanto em Portugal é de 50%/50%". E, diz Nuno Melo, "como é evidente, não será a mesma coisa sofrer 15% de cortes em 80% de um pilar, ou 15% em 50% desse pilar". Isto, não falando no facto de Portugal estar "em 24º lugar na distribuição de fundos, entre 27 países, considerando um critério por hectare", diz o CDS, o que significa que "Portugal não soube 'falar grosso' na Europa, como António Costa dizia que faria em campanha".

PSD: "é inadmissível que se ganhe no setor agrícola apenas 40% da remuneração média de uma sociedade"

"A justa remuneração dos agricultores e a autossuficiência e soberania alimentar da UE" são a "principal prioridade do PSD" nas Europeias, revela Paulo Rangel.

E, aqui, refere "dois aspetos fundamentais, que se prendem com a manutenção da atividade agrícola e, por conseguinte, com o desenvolvimento das zonas mais rurais do nosso país". É que "é inadmissível que se ganhe no setor agrícola apenas 40% da remuneração média de uma sociedade", diz Paulo Rangel. Por outro lado, é preciso "um setor agrícola europeu forte, capaz de garantir a produção de alimentos a nível europeu, mas, também, ser um 'player' importante nos mercados mundiais, de modo a que possamos escoar as nossas produções, garantindo melhor rendimento a quem produz e a toda a cadeia agroalimentar".

Paulo Rangel explica que "cerca de 9,4% dos postos de trabalho em Portugal estão no setor agrícola, mais do dobro do que se verifica na UE". Depois, "cerca de 39,5% da superfície total do país está dedicada à agricultura, sendo que as áreas rurais representam cerca de 80% do território nacional, quando a média europeia se situa nos 44%".

Por isso defende uma "visão global do nosso território e do seu desenvolvimento harmonioso", assim como "a

qualidade dos nossos produtos agroalimentares, reconhecida pela UE", comprometendo-se a "proteger, defender, promover e valorizar o setor agrícola, os nossos agricultores e as nossas áreas rurais".

O PSD ainda garante: "pugnaremos pela constante exigência de qualidade e segurança alimentar no mercado interno, que é o mais seguro do mundo, e defenderemos que a entrada de produtos agrícolas na UE deverá ser apenas permitida em casos em que se consiga garantir que o seu modo de produção é equivalente ao europeu".

Paulo Rangel é perentório: "não permitiremos a concorrência desleal para com os nossos agricultores com produtos que não respeitem os padrões europeus de qualidade e segurança, da mesma forma que estaremos vigilantes a possíveis vendas de produtos agrícolas abaixo do preço de custo, especialmente no setor do leite e da carne de porco, que necessitam de medidas urgentes de apoio europeu, especialmente no leite".

"A primeira batalha dos deputados eleitos pelo PSD ao Parlamento Europeu é rejeitar cortes na PAC"

E que caminho deve tomar a próxima PAC?, também perguntámos ao PSD. Paulo Rangel é duro nas críticas ao Governo PS, dizendo que "a proposta de orçamento da PAC merece uma posição firme de reprovação", já que "o valor atribuído a Portugal no primeiro pilar (pagamentos diretos) nos coloca no último quarto da tabela dos Estados-membros que menos recebem", sendo que "o corte de cerca de 26% no segundo pilar (Desenvolvimento Rural), destinado aos investimentos é um grande revés na expectativa dos agricultores portugueses".

Esta será, aliás, "a primeira batalha dos deputados eleitos pelo PSD ao Parlamento Europeu: rejeitar estes cortes e garantir uma real convergência europeia nos pagamentos diretos", garante Rangel.

"Defenderemos também a ausência de cofinanciamento no primeiro pilar, pois só assim estaremos numa situação de verdadeira concorrência e pugnaremos por uma verdadeira PAC", diz o eurodeputado. E embora reconheça "a necessidade de dar aos Estados-membros maiores competências na sua definição, rejeitamos em absoluto o risco de termos 27 políticas agrícolas na UE", diz o PSD.

Defendendo "uma aposta clara no rejuvenescimento do setor", o eurodeputado Paulo Rangel quer que o setor agrícola "seja capaz de captar e motivar cada vez mais jovens", já que, neste momento, "se encontra envelhecido (apenas 2% dos agricultores têm menos de 35 anos e 75% dos agricultores têm mais de 55 anos)". É, pois, preciso, "dar-lhes condições atrativas de entrada no setor, desenvolvendo mecanismos de apoios relevantes para os 'novos entrantes', que, mesmo sem serem jovens, querem ter um futuro na agricultura e no mundo rural".



ANDRÉ BRADFORD (PS)

Apesar da insistência ao longo de mais de duas semanas, o PS não respondeu às questões da "Vida Económica".



MARISA MATIAS (BE)

"O que defendemos para a PAC é um modelo que se centra na conciliação da produção agrícola e florestal com a preservação ambiental, com atenção à soberania alimentar. Precisamos de uma PAC que proteja efetivamente os modelos de agricultura familiar"



MIGUEL VIEGAS (PCP)

"As prioridades centram-se no próximo QFP 2021-2027 e nos regulamentos da PAC. A reversão dos cortes nos dois pilares da PAC e no POSEI são aspetos centrais. Exige-se a máxima firmeza por parte do Governo nesta negociação no Conselho"



NUNO MELO (CDS)

"A dimensão dos cortes que Portugal sofrerá na Política de Coesão e na PAC não são uma consequência direta da eventual redução do orçamento da UE, mas sim da absoluta incapacidade de negociação do Governo, que aceitou o que outros países rejeitaram"



PAULO RANGEL (PSD)

"A proposta de orçamento da PAC merece uma posição firme de reprovação. O valor atribuído a Portugal no primeiro pilar (pagamentos diretos) e o corte de cerca de 26% no segundo pilar (desenvolvimento rural) destinado aos investimentos são um grande revés"

2017: "um ano muito seco no Douro" que gerou "vinhos ex traordinários"

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Entre as chamadas categorias especiais de vinho do Porto, que encerram em si néctares de elevada notoriedade, estão os 'Vintage'. O Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP) refere que são considerados "a joia da coroa dos vinhos do Porto" e "o único Porto que amadurece em garrafa".

Produzido a partir de uvas de um único ano e engarrafado dois a três anos após a vindima, evolui gradualmente durante 10 a 50 anos. "O encanto do Porto 'Vintage' reside no facto de ser atrativo em praticamente todas as fases da sua vida em garrafa", diz o IVDP.

Nos primeiros cinco anos, "mantém a intensidade rubi das cores originais, aromas exuberantes a frutos vermelhos e silvestres e o sabor do chocolate negro". Tudo "equilibrado por fortes taninos, que combinam na perfeição com sobremesas ricas de chocolate". Após dez anos, para além de "criar um depósito médio", desenvolve "tons de vermelho granada e atinge uma deliciosa plenitude de aromas e sabores a frutos maduros". Depois, "à medida que o vinho se aproxima da maturidade, a cor evolui para os tons âmbar ricos e a sua fruta

adquire maior subtilidade e complexidade e o seu depósito torna-se mais pesado".

No século passado, apenas houve 'Vintages' em 38 anos de colheita. Um deles, o de 1945, foi considerado um dos grandes, "cujo ciclo da vinha tem muitas semelhanças com 2017, por exemplo no que diz respeito a temperaturas, precipitação, produções e cronologia", lembra a Symington Family Estates.

Certo é que, nesses 100 anos, só foram declarados dois anos consecutivos de 'Vintage' nos seguintes: 1991 e 1992, 1982 e 1983, 1966 e 1967, 1947 e 1948, 1934 e 1935 e 1911 e 1912. Já neste século, que leva 18 anos de vindimas, apenas haviam sido considerados 'Vintage' vinhos do Porto dos anos de 2003, 2007 e 2011. Seguiu-se-lhe 2016. E, agora, 2017. Por várias empresas produtoras, das quais citamos três.

"Só um ano fora de série — como foi 2017 — justificaria uma declaração no enalço do excelente 2016", declarou no início de abril a Symington, agora liderada por Rupert Symington, dona de 26 quintas no Douro que, no conjunto, perfazem 2240 hectares. Desses, 1024 hectares estão cobertos de vinha, sendo 112 hectares certificados em modo de produção biológico,

a maior extensão de vinha biológica na região.

"2017 é, claramente, um ano excepcional", que "ficará para a história como uma das grandes declarações de Porto Vintage da Quinta do Noval", disse Christian Seely, diretor-geral. Uma empresa anteriormente detida pela família Van Zeller e, desde 1993, pela AXA Millésimes, subsidiária do grupo segurador francês com o mesmo nome e cujos vinhos 'single vineyard' são produzidos na



em s - ma Quinta de Cima Corgo, no Vale do Pinhão, ao longo de 145 hectares.

"Vinhos extraordinários que impressionam pela sua densidade, profundidade e potencial aromático", frisou Adrian Bridge, diretor-geral do grupo The Flad-

gate Partnership, dono das quatro casas históricas de vinho do Porto — Taylor's, Fonseca, Croft e Krohn — e que disponibilizará esta colheita especial de 2017 nos principais mercados já no Outono.

Vindima de 2017: a mais precoce da longa história da família Symington

"A vindima de 2017 foi a mais precoce da nossa longa história familiar". Charles Symington, o enólogo principal, admite que teve de pedir às suas equipas de viticultura e enologia para "encurtar as férias de verão para darem início à vindima em finais de agosto". Porém, "o sacrifício de dias de férias perdidos foi compensado pela excelente qualidade do vinho", diz.

A colheita desse ano "originou vinhos do Porto excecionais", revela a família Symington, não escondendo que se tratou de "um ano muito seco no Douro, com produções muito baixas (20% abaixo da nossa média dos últimos 10 anos)".

Apesar disso — ou até talvez por isso — "as nossas vinhas produziram bagos compactos com maturações perfeitas". Aliás, "a qualidade destes jovens 'Vin-

tage' é de tal ordem elevada que acreditamos que 2017 será lembrado por ter produzido pequenas quantidades de vinhos incríveis, de assombrosa concentração e intensidade, embora com belíssima compostura e estrutura", diz a empresa gerida por Rupert Symington.

Terminada a vindima, em outubro daquele ano, Charles Symington declarou: "Nos meus 25 anos como enólogo na nossa empresa familiar, nunca vi um ano como este. As produções foram muito baixas, mas a intensidade, concentração e estrutura foram de cortar a respiração. Produzimos vinhos muito bons".

A Symington assume que está "acostumada aos desafios que o Douro coloca, por via da baixa precipitação e das elevadas temperaturas estivais". No entanto, "2017 foi ainda mais quente e seco que o habitual". Mas "o facto de termos produzido vinhos excecionais neste ano reflete bem a extraordinária capacidade das castas autóctones em se adaptarem a condições exigentes".

Taylor's lança vinho Sérikos da "magnífica Quinta da Roêda"

Enólogo e diretor técnico do grupo The Fladgate Partnership, David Guimaraens não hesita em dizer que "2017 será recordado pelas condições muito secas durante todo o ciclo de crescimento e maturação e pela vindima muito precoce".

Refere também que "o calor durante o mês de agosto não foi excessivo e, embora a seca e os baixos rendimentos tenham resultado em mostos muito densos, os vinhos apresentavam um equilíbrio notável". A verdade, diz David Guimaraens, é que "há uma geração que a vindima não começava tão cedo", já que "a última vez que esteve tão adiantada foi no lendário 'Vintage' de 1945".

Quanto aos vinhos, comenta que "as uvas, perfeitamente maduras, com as suas películas muito espessas, produziram vinhos densos, muito bem estruturados e profundos, exibindo grandes reservas de aroma. Alguns vinhos apresentam uma agradável dimensão mineral que confere um toque de elegância e sobriedade ao frutado muito intenso e poderoso."

A Taylor's revelou que irá engarrafar o Vargellas Vinha Velha 2017, "o muito raro 'Vintage' produzido a partir das vinhas mais antigas da Quinta de Vargellas" e que "será apenas o oitavo lançamento do Vargellas Vinha Velha". E adianta "outra excelente notícia" para os entusiastas de vinhos raros: "pela primeira vez, a Croft vai lançar um 'Vintage' proveniente das vinhas velhas da "magnífica Quinta da Roêda".

Baptizado como Sérikos, palavra grega que significa seda, "o vinho presta memória ao período pós-filoxera da Quinta da Roêda, altura em que a devastação da vinha levou à plantação de amoreiras para produção de seda". A empresa fala de um "extraordinário 'Vintage'", que "exprime a essência das históricas parcelas de vinha velha" daquela quinta.

Em ambos os casos — Vargellas Vinha Velha 2017 e Sérikos —, as quantidades serão "muito reduzidas". E a sua comercialização será "sujeita a alocação".

Porto 'Vintage' 2017: "esta pode ser uma oportunidade" para ganhos no preço dos vinhos

As portas de abril abriram-se e as grandes empresas de vinho do Porto declararam, pela primeira vez em dois anos consecutivos neste século, colheitas 'Vintage'. Haviam-no feito o ano passado, em abril, para 2016. Fizeram-no de novo, no último mês de abril, para 2017. Um feito raro, já que, de 2000 para cá, apenas haviam sido declarados 'Vintage' vinhos do Porto de 2003, 2007 e 2011. A "Vida Económica" questionou o presidente da ViniPortugal sobre a singularidade e a relevância de um 'Vintage' para o vinho do Porto e a Região Demarcada do Douro. E Jorge Monteiro não tem dúvidas: "Esta pode ser uma oportunidade para algum ganho de preço médio, que, se for gerido de forma sensata, se pode tornar consistente ou duradouro".

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica - Que impacto é que a declaração de 2017 como ano 'Vintage' por parte de várias empresas produtoras de vinho do Porto pode ter na valorização da Região Demarcada do Douro e dos vinhos da região?

Jorge Monteiro - O 'Vintage' é, claramente, pela qualidade, mas, também, pelo facto de ser um vinho com data, a categoria de vinho do Porto sobre a qual incidem os holofotes quando algo de novo se anuncia. Uma declaração de 'Vintage' é sempre notícia da qual beneficia a empresa que o declara, mas, também, todo o setor do vinho do Porto e, consequentemente, a Região De-

"Uma declaração de 'Vintage' poderá representar 2 a 4% da produção anual de vinho do Porto, ou seja, não deverá ultrapassar 2% da produção total da Região Demarcada do Douro"

marcada [do Douro]. Mas não se pense que o livre-arbítrio está por detrás de uma declaração [Vintage].

VE - Por que é que diz isso?

JM - Porque, se a casa produtora arisca a declaração de um 'Vintage', tal resulta de uma profunda e consciente avaliação da qualidade e dos riscos que possam estar associados a um insucesso do lançamento desse 'Vintage'. Com isto quero dizer que, ao declarar o 'Vintage', a empresa está segura de que a qualidade apresentada não vai desiludir os investidores e consumidores. Mas, se tal não chegasse, temos ainda todo o processo de aprovação do vinho pela Câmara de Prova do Instituto do vinho



Jorge Monteiro, presidente da ViniPortugal.

do Porto. Não sendo este o órgão predestinado a selecionar qual será o melhor, o Instituto do Vinho do Porto é, claramente, quem garante que a qualidade deste 'Vintage' não está abaixo da qualidade habitual dos anteriores 'vintages'.

Acresce ainda o facto de o Porto 'Vintage' ser a categoria mais exposta às críticas dos especialistas, das revistas, dos profissionais. Nenhuma outra categoria

116.000 pipas de mosto), pelo que não se identifica aqui nenhum risco de carência de massas vínicas de qualidade. Mas, tendo havido uma queda significativa do volume produzido, esta pode ser uma oportunidade para algum ganho de preço médio, que, se for gerido de forma sensata, se pode tornar consistente ou duradouro.

VE - Mas não é paradoxal que, tendo sido 2017 um ano de seca e de condições climáticas extremas, tenha sido justamente um ano de excelentes vinhos?

JM - Não creio que seja paradoxal. A queda de produção, segundo julgo saber, deveu-se ao surgimento do míldio, a que se associou, nos primeiros dias de agosto, um escaldão. No entanto, estes fenómenos não atravessaram a região de forma homogênea, pelo que identificar vinhas ou parcelas que tiveram um desenvolvimento equilibrado durante todo o processo vegetativo é perfeitamente normal. Acresce o facto (e recorde o comunicado da ADVID [Associação Para O Desenvolvimento Da Viticultura Duriense]) de as vinhas que, tradicionalmente, são mais sensíveis ao escaldão serem as relativamente mais jovens, quando os grandes 'Vintages' serão oriundos das vinhas de maior idade, logo menos sensíveis.

Finalmente, saliento que uma declaração de 'Vintage' poderá representar 2 a 4% da produção anual de vinho do Porto, ou seja, não deverá ultrapassar 2% da produção total da Região Demarcada do Douro.

VidaEconómica

Ferramentas essenciais para si ou para a sua empresa.



Marketing Agroalimentar

Páginas: 256
PVP: €17.90

Os Trilhos do Marketing Agroalimentar

Páginas: 195
PVP: €16.60

* Nas encomendas de valor inferior a 20€ acrescem 3€ para despesas de expedição.

Encomende já:
encomendas@vidaeconomica.pt

<http://livraria.vidaeconomica.pt> 223 399 400

VidaEconómica R. Gonçalo Cristóvão, 14, r/c - 4080-203 PORTO

PUB

Princípio 'um lavrador, um voto' é "uma grande vantagem"

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Os representantes da produção no Conselho Interprofissional (CI) do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP) mostraram esta semana ao país e ao Governo, alinhados com os representantes do comércio, o seu "repúdio" em relação ao projeto de lei conjunto do PS, BE, PCP e PEV que restaura a Casa do Douro como associação pública de inscrição obrigatória. Mas há produtores na Região Demarcada do Douro (RDD) que não se revêem nesta posição e que, ao contrário, olham para o diploma do Governo com bons olhos.

A "Vida Económica" falou com Eduardo Miranda, médico na Régua e produtor na RDD com dois dos seus quatro filhos, ambos formados em Agronomia. Os outros dois descendentes, um é gestor, o outro contabilista. A família explora cerca de 150 hectares de vinhas, 70 dos quais no Douro Superior e os restantes no Cima e Baixo Corgo. Fazem engarrafamento próprio sob a marca "MÃOS" – uma "analogia ao trabalho laborioso que vai dos vinhedos ao vinho em garrafa" – e a restante produção vendem-na à Gran Cruz, dona da marca Porto Cruz, uma das maiores operadoras da RDD, que fatura cerca de 90 milhões de euros e vende anualmente 30 milhões de garrafas de vinho do Porto.



"Em 2018, como houve quebra acentuada na produção, chegaram a pagar 450/500 euros por pipa"

"Uma pipa – 700 quilos de uvas – para vinho do Porto valia 1250 euros há 10/15 anos; hoje pagam-nos entre 800 a 900 euros a pipa". As uvas para vinho DOC Douro, "antes pagavam-nas a 500 euros a pipa; hoje andam pelos 250/300/350 euros a pipa", revela Eduardo Miranda à "Vida Económica". O ano passado, realça, "como houve uma quebra acentuada na produção, chegaram a pagar 450/500 euros por pipa".

Em 2018, este produtor colheu 300 pipas, mas está muito preocupado com a disponibilidade de mão-de-obra, "sobretudo no Douro Superior, devido à mais baixa densidade populacional", e com os custos desse fator de produção em toda a RDD. Diz que paga "entre 45 a 48 euros – 3,87 euros à hora – por dia por trabalhador e mais 50 euros por dia ao encarregado – 7,5 euros à hora". E ainda "complemento de transporte de 35 euros por dia". Enviou, inclusive, à "Vida Económica" comprovativo de um orçamento para a contratação de trabalhadores para prova dos valores

de que fala. Emprega, em média, "11 a 13 pessoas por dia e, nas vindimas, mais de 30", assumindo ter "despesas brutais". Nesta altura do ano, então, "é muito complicado arranjar pessoas, há muita emigração sazonal para França, para a apanha da ameixa e do morango".

O problema, diz, é que "o valor da mão de obra sobe todos os anos, mas o preço das uvas ao produtor baixou muito", regulando-se agora pela "chamada regra do mercado". É que, "quando a Casa do Douro era uma associação pública e tinha algum poder para fixar o preço das uvas antes

da vindima – o chamado preço indicador –, elas eram valorizadas". Mas, "a partir do momento em que perdeu esse poder, tudo se passou a regular através do mercado". Aliás, lembra Eduardo Miranda, "quando há excesso, [as empresas] chegam a recusar as uvas".

IVDP é "opaco" e "as sessões do Conselho Interprofissional deviam ser públicas"

Perante isto, o produtor não tem dúvidas: o diploma do Governo aprovado a 5 de abril, que restitui a Casa do Douro como associação pública de inscrição obrigatória, tem "uma grande vantagem": "a representatividade da produção, através de um sistema democrático baseado no princípio 'um lavrador, um voto'". E isso parece-lhe "essencial". Garante, aliás, que esse "é o sentimento geral" dos viticultores com quem tem trocado ideias sobre o assunto.

Eduardo Miranda ainda tece críticas ao IVDP: "as reuniões do Conselho Interprofissional deviam ser públicas, para que todos os interessados assistissem, mesmo que não tivessem capacidade de intervenção" por não terem assento naquele órgão. Aliás, diz à "Vida Económica" que, no Instituto, que é um organismo público, "é tudo muito opaco". Dá um exemplo: "só há pouco tempo – 2015 ou 2016 – é que as atas das reuniões do CI passaram a estar disponíveis no site do IVDP" para os produtores. As anteriores, "não estão disponíveis". O público em geral não tem qualquer acesso.

Conselho Interprofissional do IVDP "repudia" diploma da Esquerda para a Casa do Douro

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Unanimidade. O Conselho Interprofissional (CI) do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP), composto pelo presidente, Gilberto Igrejas, por dois vice-presidentes - António Lencastre Menezes e Cruz e António Fernando da Cunha Saraiva - e por 20 representantes da produção e do comércio distribuídos por duas secções especializadas (Porto e Douro), aprovou esta segunda-feira, por unanimidade, uma posição, escrita, de "repúdio" em relação à legislação aprovada na Assembleia da República a 05 de abril. O projeto de lei conjunto, da autoria do PS, BE, PCP e PEV, restaura a Casa do Douro como associação pública de inscrição obrigatória por parte de todos os viticultores inscritos no IVDP.

A "Vida Económica" sabe que a aprovação do documento foi unânime entre os conselheiros, mas que o presidente do IVDP, que pode exercer voto de qualidade em caso de empate, não tomou qualquer posição sobre o assunto. Apenas se comprometeu a fazer chegar o texto aprovado ao Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, que tutela o Instituto.

No texto aprovado, o CI solicita ao Presidente da República "a não promulgação" do diploma da 'Geringonça', por este conter "vícios de inconstitucionalidade e por criação de entorses insanáveis e prejudiciais na Região Demarcada do Douro" (RDD), lê-se no documento aprovado no Peso da Régua, ao qual a "Vida Económica" teve acesso.

Documento aprovado pelo CI do IVDP pode inibir o Governo de publicar o diploma

O CI do IVDP refere que a legislação aprovada na Assembleia da República "obriga todos os viticultores" da RDD a "inscreverem-se numa associação pública que representará os seus interesses enquanto viticultores, mesmo que tal não corresponda à vontade individual de cada um". E isso, dizem, "contraria inequivocamente a liberdade associativa consagrada na Constituição da República Portuguesa no Artigo 46.º, na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia no Artigo 12.º e na Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais no seu Artigo 11º", refere ainda o documento.

"Não se compreende, ou aceita, que no Conselho Interprofissional tenha de ser mantida uma unicidade de representação forçada numa das profissões em dissonância com o que consagra a jurisprudência vigente", lê-se ainda no documento. O texto também refere que "tal compromete a paridade necessária para o normal e equilibrado funcionamento do CI ao introduzir um estatuto diferenciado entre as duas profissões, ou seja, entre a inscrição obrigatória com unicidade de representação da



Gilberto Igrejas, presidente do IVDP, não tomou qualquer posição sobre a Casa do Douro.

produção e a representação plural e livre assumida pelas associações representantes do comércio".

Esta legislação foi, aliás, aprovada "à revelia da vontade dos viticultores e dos seus representantes", diz o CI do IVDP, acusando a Assembleia da República de provocar "uma crise institucional na RDD e no setor do vinho do Porto e do vinho do Douro". Setor que, dizem, estava "pacificado e calmo, evoluindo positivamente".

Mas mais. Para o CI do IVDP, "esta legislação cria uma distorção inaceitável ao nível do financiamento das representações das profissões no CI", já que "a representação da produção, por imposição legislativa, será financiada através da utilização dos montantes liquidados pelos viticultores ao IVDP no pagamento de taxas existentes sobre a vinha e o vinho e de quotas indefinidas e sem que os produtores as entendam ou aceitem pagar".

Um dos conselheiros do IVDP ouvido pela "Vida Económica" refere que, não sendo esta posição agora tomada pelo CI do IVDP vinculativa, ela "será enviada ao senhor Presidente da República" para que pondere sobre a sua constitucionalidade. E, por outro lado, "pode criar no Governo um espírito tendente a não fazer publicar", pelo menos nesta legislatura, o diploma aprovado no Parlamento e a "aceitar trabalhar melhor a sua regulamentação".